

atas  
10 Congresso

**SOPCOM**

Ciências da Comunicação  
Vinte Anos de Investigação em Portugal

atas  
10 Congresso

**SOPCCOM**

Ciências da Comunicação

Vinte Anos de Investigação em Portugal

<b>Título</b>	Ciências da Comunicação Vinte Anos de Investigação em Portugal
<b>Editores</b>	Teresa <b>Antas de Barros</b> ; Sónia <b>Ferreira</b> ; Paula <b>Lobo</b> ; Salomé <b>Morais</b> ; Paula <b>Rodrigues</b> ; Filomena <b>Sobral</b> ; Luís <b>Sousa</b>
<b>ISBN</b>	978-989-99840-4-2 Viseu, 2019 © O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização da publicação de imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.
<b>eBook</b>	998 páginas
<b>Design</b>	Paula <b>Rodrigues</b>
<b>Paginação</b>	Pedro <b>Araújo</b>
<b>Edição</b>	SOPCOM / Instituto Politécnico de Viseu

# ÍNDICE

PREFÁCIO ..... 1

## **G.T. 1 - CIBERCULTURA** **7**

BRUNO VIANA, JOÃO FAUSTINO E PAULO COSTA

AS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL NOS MEDIA ONLINE PORTUGUESES: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DE DOUTORAMENTO ..... 8

BRENO SCAFURA

A MONETIZAÇÃO DO CULTO: UMA REFLEXÃO SOBRE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DAS COMUNIDADES DE FÃS NOS MEDIAS DIGITAIS E SUAS INTERFACES COM A ECONOMIA CRIATIVA ..... 21

RICARDO SOUZA E JOSILÉIA KIELING

O @MOR MIDIATIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMA COMO AS PESQUISAS APREENDEM A MIDIATIZAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS ..... 38

MARIA CENTENO E HELENA PINA

AS PLATAFORMAS MUSEOLÓGICAS DIGITAIS E A CULTURA DE PARTICIPAÇÃO ..... 52

## **G.T. 2 - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO** **65**

FERNANDA RIBEIRO E ARMANDO SILVA

A INFOCOMUNICAÇÃO COMO PROJETO COMUM DE DIÁLOGO E PRÁTICA ..... 66

RAIMUNDA RIBEIRO, LÍDIA OLIVERIA E CASSIA FURTADO

FERRAMENTAS INFOCOMUNICACIONAIS EM AMBIENTES DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO NA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL ..... 77

ISABEL DINIZ, ANA ALMEIDA E CASSIA FURTADO

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUEAS ..... 95

ANA TERRA

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO PESSOAL E AS COMPETÊNCIAS INFOCOMUNICACIONAIS ..... 113

PEDRO AMADO E RITA ALBUQUERQUE

DESIGN E DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE BAIXO CUSTO DE AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE LEITURA ..... 124

## **G.T. 11 - HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO**

**573**

JORGE SOUSA

SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DAS ORIGENS DO JORNALISMO ICONOGRÁFICO EM PORTUGAL: REVISTAS ILUSTRADAS, GRAVURA E FOTOGRAFIA (1835-1914) ..... 574

FERNANDO STRONGREN

TRIBUNA DO POVO E O JORNALISMO ANARQUISTA NO INTERIOR DO BRASIL (1916-1917) ..... 600

HELENA LIMA E OLÍVIA PESTANA

A PERDA DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS NA ÍNDIA. ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS E JORNAL DO COMÉRCIO..... 615

MARCO GOMES

O JORNALISMO ITALIANO NOS ANOS 70: LIBERDADE DE IMPRENSA, PROCESSOS DE CONCENTRAÇÃO E NOVAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ..... 625

## **G.T. 12 - JORNALISMO E SOCIEDADE**

**641**

ANA FONSECA E INÊS AMARAL

DO TRADICIONAL ESPAÇO PÚBLICO AO “NOVO” DIGITAL: A APROPRIAÇÃO PELA AUDIÊNCIA NOS MEIOS DIGITAIS. PARA UM ESTUDO DO PANORAMA PORTUGUÊS ..... 642

FRANCISCO VERRI E ÉBIDA SANTOS

O ENQUADRAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL EM PORTUGAL E NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO CORREIO DA MANHÃ (PT) E DA FOLHA DE S. PAULO (BR) ..... 650

ANDREIA FREITAS, ANA SILVA E SUSANA AMANTE

RE[A]PRESENTAÇÕES DO JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO NA VOZ DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO ..... 663

BÁRBARA AVRELLA E BEATRIZ DORNELLES

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NO CONTEXTO LOCAL-REGIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DO BRASIL E PORTUGAL ..... 684

NELSON OLIVEIRA, LUÍSA CAMPOS, MARIA NEVES, MARIA RIBEIRO E MARIA BARBOSA

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IMAGEM DO OUTRO NA IMPRENSA REGIONAL: OS REFUGIADOS NO DISCURSO DE DOIS DOS MAIS REPRESENTATIVOS JORNAIS DA BEIRA INTERIOR ..... 697

JÚLIA BARROS E JOÃO JÚLIA BARROS E JOÃO ROCHA

ELEIÇÕES DE CABO VERDE: DA LUSA ÀS REDACÇÕES ..... 712

JÚLIO PINTO

A TIPOGRAFIA NA *WEB*, CASO DE ESTUDO NOS JORNAIS *ONLINE* PORTUGUESES..... 726

# ELEIÇÕES DE CABO VERDE: DA LUSA ÀS REDAÇÕES

## CAPE VERDE ELECTIONS: FROM LUSA TO THE NEWSROOMS

Júlia Leitão de Barros<sup>1</sup>  
João Manuel Rocha<sup>2</sup>

### **PALAVRAS-CHAVE**

Cabo Verde;  
eleições; jornalismo;  
agência Lusa; África

### **Resumo**

*No âmbito de um projeto de investigação mais vasto designado “Representações de países lusófonos nos média portugueses”, que partiu da análise da cobertura jornalística das eleições legislativas, autárquicas e presidenciais de 2016, efetuada por nove média noticiosos portugueses, constatámos uma forte dependência dos órgãos de comunicação social portugueses em relação à agência Lusa. Consideramos pertinente analisar a produção noticiosa da Lusa sobre aqueles atos eleitorais. Em concreto, pretendemos saber, com base na recolha e tratamento e material de arquivo da Lusa: (i) que opções editoriais orientaram a cobertura da Lusa e o que revelam sobre a cobertura eleitoral que a agência fez deste país africano de língua portuguesa; (ii) que diferenças houve, se as houve, no investimento eleitoral nas três eleições.*

### **KEYWORDS**

Cape Verde;  
elections; journalism;  
Lusa agency; Africa

### **Abstract**

*Within the scope of a larger research project called “Representations of Lusophone countries in the Portuguese media”, which started with the analysis of the journalistic coverage of the 2016 legislative, local and presidential elections, carried out by nine Portuguese news media, we found a strong dependence on the organs of portuguese media in relation to the Lusa agency. We consider it pertinent to analyze the news production of Lusa on those electoral acts. Specifically, we intend to know, based on the collection and treatment and archival material of Lusa: (i) what editorial options have guided Lusa's coverage and what they reveal about the coverage the agency has made of this Portuguese-speaking African country; (ii) what differences there were, if any, in the electoral investment in the three elections.*

<sup>1</sup> Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa. Email: jbarros@escs.ipl.pt.

<sup>2</sup> Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa. Email: jrocha@escs.ipl.pt.

## **Eleições de Cabo Verde: da Lusa às Redações**

Entre outros aspetos, foi possível concluir que nos órgãos de comunicação social portugueses se assistia a uma quase invisibilidade dos atos eleitorais de Cabo Verde. Foram contabilizadas 58 notícias que faziam referência às eleições, destas, 38 peças recaíam sobre as eleições legislativas, 19 sobre as presidenciais e apenas 1 peça jornalística referia as eleições autárquicas. As eleições legislativas destacaram-se, não só pelo número de notícias produzidas como pelo período de tempo em que foram notícia. Verificou-se, ainda, que nas redações portuguesas, quer a existência de uma significativa comunidade cabo-verdiana, quer a constante e consensual defesa, por parte de vários atores políticos, instituições e organismos, de uma linha política estratégica de aproximação aos países de língua portuguesa, não foram critérios bastantes para que os média generalistas portugueses conferissem às eleições em Cabo Verde, mesmo nas legislativas, um valor-notícia elevado.

O pouco interesse noticioso era acompanhado de escasso investimento feito pelos órgãos de comunicação social estudados na cobertura das eleições, visível na ausência de enviados especiais (ou de trabalho de correspondentes), de textos analíticos ou de editoriais sobre o tema. Mas, sobretudo, tornou-se evidente a forte dependência dos órgãos de comunicação social das peças da agência Lusa. Nas eleições legislativas, das 38 notícias analisadas, 21 eram da agência Lusa. O mesmo destaque da Lusa foi visível nas notícias que cobriram as eleições presidenciais.

Alguns estudos têm apontado para a forte dependência e alto nível de confiança na Lusa dos vários órgãos de comunicação social portugueses (Mar, 2015; Carvalho, 2013; Magalhães, 2011). Todos eles salientam a necessidade de aprofundar o estudo das práticas informativas deste agente “invisível”, cuja atividade remete para os bastidores da atividade jornalística. Acresce que, como refere A. Magalhães (2011), o uso das agências tem vindo a ser potenciado pelos baixos recursos financeiros dos órgãos de comunicação social portugueses, uma vez que um correspondente é bem mais caro do que a assinatura de uma agência (p. 32). A preponderância da Lusa nos órgãos de comunicação social foi o ponto de partida para o presente estudo que se propõe analisar a cobertura da Lusa das três eleições de Cabo Verde.

A Lusa foi criada por iniciativa governamental, em 1986, pela fusão das agências ANOP e NP, transformando-se, em 1997, na LUSA - Agência de Notícias de Portugal, SA, uma sociedade anónima detida maioritariamente por capitais públicos. A agência tem vindo a diversificar os seus clientes, fornecendo um serviço noticioso não só a jornais, rádios e televisão portugueses, como a portais informativos da internet, agências noticiosas de

países de língua portuguesa, instituições, empresas e outros subscritores nacionais e estrangeiros. Em 2013, no quadro de crise económica e financeira do país, a Lusa procedeu a cortes no seu pessoal (menos 10% dos seus jornalistas), sendo a sua rede internacional a área mais afetada (Mar, 2015, p. 53).

Desde o início, a Lusa contou com correspondentes nos países de língua portuguesa, mantendo esta vocação já como empresa comercial. Como referiu H. Sousa (2000), no seu estudo sobre os média ao serviço do imaginário da lusofonia, a Lusa, juntamente com a RTP e a RDP, foram chamadas, pelos sucessivos governos, desde a década de 80, a articular os seus serviços com o vago projeto de afirmação da Lusofonia. Como a mesma investigadora aponta,

apesar de raramente explicitado, o conceito ganha força política nos anos 80, quando Portugal se torna membro da Comunidade Económica Europeia. A ideia de que Portugal ultrapassa os seus limites geográficos através da cultura e da língua é reinventada por questões de política eleitoral e para reforço da posição portuguesa na arena internacional. Tendo por base razões de natureza ideológica e política (e não tanto de natureza comercial), a reinvenção e reutilização da Lusofonia tem a particularidade de ser um espaço de convergência político-partidária. (Sousa, 2000, p. 2)

Não cabe aqui a reflexão e desconstrução que vários autores têm feito ao conceito de lusofonia, apontando-lhe, desde logo, o carácter lusocêntrico e as leituras plurais que suscita, sobrepondo indistintamente a dimensão linguística, territorial, histórica, cultural e até espiritual. Naquilo que nos interessa, a agência Lusa apropriou-se do conceito introduzindo, na organização interna das suas notícias, uma secção a que chamou de Lusofonia, aparentemente articulando a sua prática ao propósito político de afirmação de Portugal no fluxo de informação dos vários países de língua portuguesa. Neste contexto, a Lusa mantém um serviço de correspondentes em Cabo Verde, sendo a cobertura das eleições, aqui tratada, enquadrada pela experiência jornalística no “terreno”.

A nossa análise da cobertura dos três atos eleitorais em Cabo Verde pela Lusa recaiu num período de 30 dias para cada eleição, com início nos dois dias anteriores ao arranque oficial da campanha eleitoral, terminando no décimo dia após o apuramento do resultado eleitoral: nas eleições legislativas o período de 1 a 31 de março (as eleições realizaram-se no dia 20 de março); nas eleições autárquicas o período de 12 de agosto a 11 de setembro (as eleições realizaram-se a 4 de setembro); nas eleições presidenciais o período de 10 de setembro a 8 de outubro (as eleições realizaram-se a 2 de outubro). Do nosso *corpus* foram analisadas apenas as peças jornalísticas, sendo excluídas as notas contidas na Agenda, Hoje é Notícia, Ficha técnica. Foram ainda excluídas as repetições e nos casos das atualizações consideramos apenas a versão mais completa.

Genericamente a democracia de Cabo Verde é no continente africano sistematicamente apresentada como um caso de sucesso. Estado insular, com fraca divisão étnico, religiosa e linguística, sem uma herança de conflito armado no seu território (contrariamente a Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), Cabo Verde obteve a sua independência por via pacífica. A transição para a democracia, em comparação com outras ex-colónias portuguesas, foi menos conturbada: “foram os líderes do partido único [PAICV] que deram início ao processo de mudança” e “a oposição teve uma função relevante na determinação das regras” (Martins, 2009, p. 58) de todo o processo. Mas como salienta E. R. Sanches (2017) “o processo de negociação permaneceu fechado ao nível da elite” (p. 172).

As eleições legislativas de Cabo Verde, realizadas em 1991, foram as primeiras da África lusófona em que houve a participação de mais do que um partido político, vencendo o partido da oposição, o Movimento para a Democracia (MpD). Desde então, as eleições têm levado à consolidação de um regime bipartidário alicerçado em duas forças políticas – PAICV e MpD, que têm alternado no poder de forma pacífica. Segundo E. R. Sanches (2017), “embora o PAICV, membro da Internacional Socialista, esteja mais inclinado à esquerda, e o MpD, membro da Internacional democrata, mais inclinado à direita, a verdade é que as diferenças entre estes partidos e os seus eleitores são ténues” (p. 189). Entre 1991 e 2000 o sistema político cabo-verdiano registou o aparecimento de um significativo número de partidos (PSD, PCD, PTS, PP) que juntamente com a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), fundada em 1977, “têm concorrido isoladamente, no âmbito de coligações e através das listas dos dois principais partidos” (Sanches, 2015, p. 175), apresentando, porém, fraca expressão eleitoral. Os sucessivos atos eleitorais têm consagrado o princípio da alternância política. Cabo Verde tende a ser visto como “um caso paradigmático, com uma democracia considerada excecional na região africana e poucas não têm sido as organizações internacionais que etiquetam o mesmo como sendo um caso particular que respeita e que prima pelos direitos democráticos” (Cruz, 2015, p. 24).

Internacionalmente, a credibilidade do funcionamento das suas instituições políticas tem constituído um suporte e uma oportunidade para Cabo Verde diversificar as suas relações externas e angariar ajudas para o seu desenvolvimento económico e social, uma vez que a boa governação constitui fator importante para obter apoios de várias organizações como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a União Europeia (UE), o Millenium Challenge Corporation (MCC). A tal ponto que vários autores têm apontado a intensa política externa de Cabo Verde como fator determinante para o seu desenvolvimento. O país participa num número considerável de organizações internacionais (CEDEAO, CPLP, OMC,

ONU, OTAN, PALOP, UA). As relações com Portugal têm sido pautadas por proximidade e cooperação.

A posição geopolítica de Cabo Verde, antes de mais vista como “porta para África”, estrategicamente inserida na rota atlântica com África, América e Europa, também tem favorecido a sua afirmação externa e o seu papel em questões de segurança e defesa, em particular na luta contra os tráficos ilegais como a imigração clandestina e droga.

A cooperação internacional tem permitido a Cabo Verde desenvolver-se económica e sobretudo socialmente: a taxa de alfabetização da população acima de 15 anos é de 83%; a esperança média de vida é de 71,3 anos. Em 2016 a Fundação Mo Ibrahim colocava Cabo Verde entre os três países africanos (liderado Maurícia e Botsuana) com índices mais elevados de segurança e Estado de Direito.

A cobertura das três eleições é enquadrada pela estabilidade das instituições democráticas em Cabo Verde e por um suceder de previsíveis e pacíficos processos eleitorais. No entanto, as eleições legislativas apresentavam um mais elevado grau de disputa e imprevisibilidade quanto ao resultado final, jogando-se nas urnas o fim, ou não, de um ciclo de governação de 15 anos do PAICV. A vitória do MpD com maioria absoluta, confirmaria a bipolarização política e um regular funcionamento da alternância política. Estes resultados não deixariam de condicionar as duas eleições seguintes. Nas autárquicas a tradicional implantação do MpD a nível do poder local, apontava para a manutenção ou mesmo reforço desta posição. Já nas presidenciais, a recandidatura de Jorge Carlos Fonseca, candidato do MpD, foi, desde o início, apontada como vencedora. Esta última campanha eleitoral, que arrancou 11 dias após os resultados das autárquicas, que deram uma esmagadora vitória ao partido do governo MpD, seria marcada pelo quase eclipse na luta eleitoral por parte das duas maiores forças políticas da oposição, o PAICV e a UCID, que optaram por dar liberdade de voto aos seus militantes. O resultado foi uma campanha pouco mobilizadora e uma forte abstenção do eleitorado, alcançando esta o valor mais alto da história da democracia cabo-verdiana.

As diferentes implicações políticas e grau de disputa presentes nos três atos eleitorais refletem-se na cobertura destes pela Lusa, que dedicou uma muito maior atenção às eleições legislativas (60 % de peças), cobrindo com 105 peças todo o processo eleitoral, contra 39 nas presidenciais e 32 nas autárquicas.

Esta valorização das legislativas deve ainda ser enquadrada pela tendência, já salientada pela Ciência Política, das eleições parlamentares serem vistas como “eleições de primeira ordem” (Costa, 2014, p. 31), verificando-se: “um maior grau de importância atribuído pelos cidadãos e atores políticos às eleições em que o poder executivo nacional se encontra

em jogo (...) o que também pode ser observado na distinta cobertura mediática reservada a cada processo eleitoral” (Costa, 2014, p.31).

A cobertura das eleições legislativas distingue-se, não só pelo número de peças produzidas, como pelo período de tempo em que foram notícia: houve uma cobertura quase diária da campanha eleitoral, o que não ocorreu nos outros processos eleitorais. Em particular nas eleições autárquicas, os jornalistas da Lusa seguiram, muito de perto, os marcos do calendário político: abertura e encerramento da campanha, dia do ato eleitoral até ao encerramento das urnas e apuramento dos resultados. Como M. Schudson (1986) refere, “as histórias eleitorais são fáceis de relatar não tanto porque algo digno de notícia acontece (...) mas porque jornalistas e leitores conhecem a data da eleição e sabem quando a história terminará (...) a história eleitoral tem cadência, um ritmo” (pp. 97-98).

O ritmo da cobertura jornalística intensifica-se, em qualquer dos atos eleitorais, no dia das eleições e do apuramento dos resultados: 41 das 105 peças jornalísticas produzidas pela Lusa, na fase estudada para as legislativas, incidem no curto período de quatro dias em torno do dia do ato eleitoral. Esta tendência foi particularmente vincada nas eleições autárquicas, das 32 peças produzidas 20 recaíram sobre os dias 4 e 5 de setembro. Já nas presidenciais, das 39 peças divulgadas, 16 incidem no dia 2 e 3 de outubro. Nas eleições legislativas, o peso relativo é menor, no total das 105 peças recenseadas, 30 referem-se aos dias 20 e 21. No entanto, dado o caráter vincadamente competitivo destas eleições, a Lusa cobriu com igual intensidade o último dia da campanha, com 11 peças noticiosas, divulgadas no dia 18 e 19.

A ênfase da Lusa nos resultados das disputas políticas é também visível nos recursos utilizados para a cobertura dos desenlaces eleitorais: das 17 peças com áudio e vídeo divulgadas, 12 recaem sobre o dia de eleições. E mais uma vez as legislativas destacam-se: no dia das eleições apresentam o significativo número de 10 peças em áudio e vídeo, contra duas nas eleições presidenciais, e nenhuma nas autárquicas.

Em termos genéricos, a cobertura da Lusa das três eleições em Cabo Verde apresenta uma outra tendência: a valorização do género notícia. Na cobertura das eleições autárquicas, em 32 peças, 28 foram notícias; nas eleições presidenciais, das 39 peças, 30 foram notícias; e mesmo nas eleições legislativas, este género teve um peso considerável, das 105 peças recenseadas 76 foram notícias. Isto é, 80,7 % das peças arroladas são notícias<sup>3</sup>.

O rigor jornalístico da agência Lusa tende a ser alcançado através de um quadro narrativo preferencial, presente nos três processos eleitorais, assente quer na valorização

---

<sup>3</sup> Das 166 peças jornalísticas 134 são notícias.

do género notícia simples, quer na predominante identificação das fontes utilizadas. Ainda em termos genéricos, convém referir que, das 166 peças por nós recenseadas, apenas 10 não referenciam as fontes, trata-se, porém, de peças de enquadramento que remetem frequentemente para notícias anteriores<sup>4</sup>. Isto é, a Lusa tem o cuidado de referir as suas fontes. Na maioria dos casos são identificadas de modo concreto (com nome/designação da entidade e função, nos casos em que em que se aplica).

Mais preponderante é a preferência por fontes institucionais presente na cobertura dos três atos eleitorais (em detrimento do uso das fontes documentais, testemunhais ou do recurso a especialistas). Das 105 peças relativas às legislativas, em 91 a fonte principal<sup>5</sup> é institucional (este número inclui tanto fontes partidárias cabo-verdianas, as mais numerosas, 44; bem como de outras instituições do país, caso da Comissão Nacional de Eleições, oito; ou ainda de organizações internacionais ou dirigentes estrangeiros, 14; entre outras). O peso das fontes institucionais é também visível na cobertura dos restantes processos eleitorais. Nas autárquicas 26 das 32 peças têm fontes institucionais, e nas presidenciais 31 das 39.

Importante é assinalar que o número de declarações expressamente dadas à Lusa, surge em 27 referências, nas 176 peças (12 nas legislativas, sete nas autárquicas, oito nas presidenciais). Não estando aqui incluída indicação “declarações à imprensa”, que surge 34 vezes<sup>6</sup>. É difícil avaliar os dados aqui recenseados sobre o peso do género notícia ou o recurso a fontes institucionais, uma vez que nos encontramos num ciclo de investigação de um estudo comparativo, que integra a cobertura de outras eleições, em países de língua portuguesa, do qual decorrerá uma melhor perceção do valor relativo destes indicadores.

A agência Lusa tende ainda a prescindir da interpretação e análise do jornalista e atribui essa função a terceiros, aos analistas entrevistados. A entrevista surge por 13 vezes, oito delas endereçadas a analistas. Apenas nas eleições presidenciais o jornalista faz entrevistas aos protagonistas políticos, neste caso aos três candidatos à presidência da República, não obstante as entrevistas a Albertino Graça e Jorge Carlos Fonseca, se desdobrem em duas peças. O formato entrevista, segue um padrão, que tende a reforçar o seu carácter objetivo, omite-se a presença do entrevistador, retirando as questões colocadas, construindo-se uma narrativa, em texto corrido, em torno das respostas obtidas. Por sua vez o perfil surge por duas vezes<sup>7</sup>, uma nas legislativas e outra nas presidenciais, descrevendo o percurso político e profissional dos candidatos vencedores, prescindindo de quaisquer qualificações.

---

<sup>4</sup> Nalguns casos, a identificação é feita de modo vago: “fonte dos maiores partidos”, 2/3, “nas redes sociais”, 11/3.

<sup>5</sup> Fonte é aqui tomada como origem da informação.

<sup>6</sup> Surge 20 vezes nas legislativas, seis vezes nas autárquicas, oito vezes nas presidenciais.

<sup>7</sup> Nas legislativas o perfil de Ulisses Correia e Silva, líder do partido vencedor.; nas presidenciais o perfil de Jorge Carlos Fonseca, candidato vencedor.

Na prática jornalística da agência Lusa está presente o modelo do jornalismo objetivista, aqui tomado na definição de G. G. Lopez (2001): um jornalismo que espera dos jornalistas “o papel de refletirem ‘objetivamente’ os factos, de forma linear e concisa, sem interpretações, adjetivações ou avaliações” (p. 20), separando factos e opiniões, buscando a imparcialidade e a neutralidade face à realidade. Este jornalismo originário das agências noticiosas do final do século XIX partiu da “necessidade de enviar aos jornais associados à agência – que tinham perspetivas editoriais muito diferentes- notícias que pudessem ser publicadas em todos eles” (p. 21).

Não obstante, a cobertura das eleições legislativas pela agência Lusa distingue-se pelo recurso a um leque mais diversificado de fontes e géneros jornalísticos que revelam uma maior iniciativa/ interesse por parte do jornalista. Nestas eleições não só encontramos uma análise (embora mais histórica do que de leitura do ato eleitoral) como, sobretudo, um maior número de reportagens. Das 23 peças de reportagem por nós recenseadas, nos três atos eleitorais, 19 incidem sobre as eleições legislativas. Nas autárquicas a única reportagem do correspondente da Lusa ocorre no dia das eleições, junto às mesas de voto. O modelo desta reportagem repete-se nas presidenciais, embora neste período eleitoral surja também uma reportagem sobre um comício de encerramento, e uma outra, após o debate televisivo de dois candidatos, cujo enfoque é a opinião dos cabo-verdianos, na cidade da Praia, sobre o horário tardio da emissão televisiva.

Bem diverso é o trabalho de reportagem realizado durante as legislativas: das 19 reportagens, oito<sup>8</sup> são da iniciativa da agência, e quatro delas inserem-se num tema-problema destacado pelo jornalista: o desemprego. Esta abordagem, ausente das outras coberturas eleitorais, abarca um conjunto de quatro trabalhos que inclui propostas dos partidos, posições sindicais, reportagem com jovens e opinião de analista. O investimento editorial no tema desemprego é reforçado pelo uso, em duas destas peças, de meios audiovisuais<sup>9</sup>. Note-se que a cobertura das legislativas integra ainda um *fait-divers* e uma peça de difícil classificação, constituída por citações, que o livro de estilo da Lusa descreve como “compilação”.

A distinta cobertura da Lusa dos três atos eleitorais torna-se mais clara quando analisadas qualitativamente as peças produzidas. Nas autárquicas, para além do noticiário dando conta do calendário político (abertura da campanha, encerramento da campanha,

---

<sup>8</sup> Um debate para duas vitórias, 11/3; Cabo-verdianos consideram debate esclarecedor, mas contestam formato”, 11/3; “Jovens querem novas oportunidades, mas não acreditam nos políticos, 13/3; “Cabral”, o revolucionário do PTS, 16/3; Vicentinos preveem fim de maiorias absolutas e mais deputados para terceiro partido, 16/3; Jovens separados pela política mas com vontade de servir o país, 18/3; Emigrantes radicados no Luxemburgo entre o desinteresse e a paixão, 18/3; Cabo-verdianos esperam do novo governo mais emprego e segurança, 20/3.

<sup>9</sup> Nas eleições legislativas os meios audiovisuais cobrem o primeiro dia da campanha e a preparação do ato eleitoral.

preparativos para o dia das eleições, apuramento de resultados, declarações dos partidos face aos resultados), foi residual a informação sobre o conteúdo político da disputa no poder local. Nestas eleições, na primeira notícia sobre o arranque da campanha, no dia 17 de agosto, a Lusa informa-nos sobre número de candidatos das várias forças partidárias, realçando<sup>10</sup> a preponderância do partido do governo no poder local<sup>11</sup>, mencionando as quatro candidaturas independentes<sup>12</sup>. Nesta peça noticiosa a Lusa aponta, mas não explica, a centralidade da disputa eleitoral na capital cidade da Praia<sup>13</sup>. Nas restantes notícias, repetirá a informação aqui contida, não cobrindo nenhum candidato em campanha, nem mesmo os que concorrem na Cidade da Praia. Pela cobertura da Lusa não é possível aceder a questões programáticas ou procedimentais levantadas no decorrer da campanha<sup>14</sup>. Nos primeiros dias de campanha a Lusa produz as duas únicas peças jornalísticas que permitem um enquadramento mínimo, ainda que genérico, do ato eleitoral, ambas remetem para vozes institucionais (18 e 19 de agosto)<sup>15</sup>. Na última destas peças seria uma outra temática do

---

<sup>10</sup> Tem direito aos dois parágrafos de abertura da notícia.

<sup>11</sup> “O Movimento para a Democracia (MpD, no poder e que detém 14 das 22 câmaras) é o único partido que concorre em todos os 22 municípios cabo-verdianos (...).O Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV, maior partido da oposição e com 08 câmaras) concorre oficialmente em 21 municípios e apoia um candidato independente na ilha do Maio (...). A União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID, terceiro partido no país e com três assentos no parlamento), concorre na Praia, Maio, Ribeira Grande e Paul (Santo Antão), Sal e São Vicente, onde o líder do partido, António Monteiro, será candidato pela quarta vez seguida. Nos partidos sem assento parlamentar, apenas o Partido Popular (PP) concorre em dois municípios (Praia e Calheta de São Miguel), enquanto o Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS) concorre na Praia e o Partido Social Democrata (PSD) entra na corrida no Sal. Há ainda algumas candidaturas independentes que saíram do seio dos dois maiores partidos, como é o caso de Luís Pires, em São Filipe (Fogo), que avançou porque o PAICV, que o apoiou há quatro anos, decidiu voltar a depositar a confiança em Eugénio Veiga, que tinha sido preterido em 2012”, 17/8.

<sup>12</sup> “Há ainda algumas candidaturas independentes que saíram do seio dos dois maiores partidos, como é o caso de Luís Pires, em São Filipe (Fogo), que avançou porque o PAICV, que o apoiou há quatro anos, decidiu voltar a depositar a confiança em Eugénio Veiga, que tinha sido preterido em 2012. Na ilha da Boavista, o deputado José Luís Santos também avançou como independente, ao afirmar que conquistou 40% das intenções de voto numa sondagem realizada pelo MpD, partido que voltou a apoiar José Pinto Almeida. Há ainda candidaturas independentes de Pedro Centeio, nos Mosteiros (Fogo), e de Pedro Morais, na Ribeira Brava de São Nicolau”, 17/8.

<sup>13</sup> “No MpD, de onde na capital cabo-verdiana saiu em janeiro o atual primeiro-ministro, o destaque vai para a candidatura de Óscar Santos, número dois de Ulisses Correia e Silva, líder do partido, e que assumiu a autarquia praiense quando este saiu para chefiar o Executivo. (...) Uma das disputas mais renhidas será na Praia, o maior município e capital do país, onde Óscar Santos vai ter como principal concorrente a ex-ministra Cristina Fontes Lima, que pretende devolver a autarquia ao PAICV (...)”, 17/8.

<sup>14</sup> A título de exemplo, veja-se a notícia do jornal cabo-verdiano *Expresso das Ilhas*, em 2 de setembro, que informa ter a candidata do PAICV à cidade da Praia acusado o candidato do MpD de usar figurantes nas ações de campanha. A Lusa não refere o incidente.

<sup>15</sup> A primeira, a 18 de agosto, apresenta a perspetiva político partidária, ao referir o posicionamento do maior partido da oposição, PAICV, face a estas eleições: “O coordenador autárquico do PAICV lançou o repto para que os cabo-verdianos se mobilizem, se informem sobre os projetos de cada candidatura e que tenham presente a importância de um equilíbrio entre o poder local e o poder central. Américo Nascimento fazia referência ao facto de o agora partido no poder, Movimento para a Democracia (MpD), ser também a força política mais representada nas autarquias, tendo em 2012, ainda quando estava na oposição parlamentar, conquistado 14 das 22 câmaras do país”. Uma segunda peça, a 19 de agosto, refere um enquadramento de carácter político-institucional, apresenta a perspetiva do presidente da república interino: “Num comunicado sobre as eleições (...) Jorge Santos salientou que a complexidade dos desafios de desenvolvimento nacional, regional e local exigem um “novo paradigma” para o municipalismo em Cabo Verde (...). Exige uma ampla reforma do sistema de poder local, visando essencialmente reforçar e aumentar a autonomia municipal, apostar fortemente na descentralização administrativa, adotar um novo modelo de descentralização financeira, melhorar o sistema de governo dos municípios e valorizar as potencialidades de cada município”. Nenhuma das temáticas voltará a ser abordada.

comunicado – necessidade do reforço da cidadania e da democracia- que a Lusa destacaria em título: “PR interino de Cabo Verde apela a campanha autárquica alegre, cívica e tolerante”. Tudo parece apontar para uma cobertura destas eleições assente numa narrativa que privilegia o regular funcionamento das instituições democráticas. Nesse sentido, a Lusa produz várias peças com declarações de entidades, quer a enaltecer quer bom funcionamento das instituições democráticas<sup>16</sup> quer a apelar à cidadania<sup>17</sup>. A cobertura da campanha é referenciada por duas vezes de forma vaga<sup>18</sup>. O jornalista não avança qualquer prognóstico sobre o resultado eleitoral. O balanço da campanha surge a seis dias das eleições, a 28 de agosto, quando a Lusa realiza uma entrevista a um analista (que desdobra em duas peças) onde: se prevê a vitória do MpD (o que é destacado em título); se aponta a bipolarização partidária como um problema político; e se realça que “o povo cabo-verdiano está muito mais maduro e não confunde as eleições” (destacado em título), não se prevendo forte abstenção. A temática da abstenção não surgiria mais até ao dia das eleições, quando a Lusa cobre as declarações políticas, dos principais partidos, face à forte abstenção e à esmagadora vitória do partido do governo<sup>19</sup>. O repórter informa mas não aprofunda duas temáticas controversas em torno do ato eleitoral levantadas por protagonistas políticos<sup>20</sup>.

Nas eleições presidenciais o carácter pouco competitivo das eleições surge logo referenciado nas duas peças que noticiam a apresentação pública da recandidatura de Jorge Carlos Fonseca, a 10 de setembro, um dia depois do PAICV ter dado liberdade voto aos

---

<sup>15</sup> Peças que dão conta do trabalho da Comissão Eleitoral (17/8), Comissão Nacional de Eleições (CNE) da Guiné-Bissau encontra-se em Cabo Verde para se inspirar na experiência autárquica cabo-verdiana (4/09)

<sup>16</sup> Peças que dão conta do trabalho da Comissão Eleitoral (17/8), Comissão Nacional de Eleições (CNE) da Guiné-Bissau encontra-se em Cabo Verde para se inspirar na experiência autárquica cabo-verdiana (4/09)

<sup>17</sup> Peças de apelo à cidadania: PAICV pede campanha com elevação (18/8.); Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde com mandato suspenso, desejou que as disputas autárquicas no país, cuja campanha eleitoral arrancou hoje, sejam “fortes, leais e festivas (18/08).

<sup>18</sup> No primeiro dia da campanha lê-se: “os candidatos privilegiaram sobretudo a colagem de cartazes, passeatas, colunas automóveis e contactos porta a porta para passar a mensagem ao eleitorado (...) Também estão agendados alguns comícios dos principais partidos para esta noite, nos principais centros urbanos”, 18/08; no último dia, lê-se, “os candidatos percorreram os respetivos municípios para apresentar as suas propostas ao eleitorado. Durante os últimos 15 dias, seis partidos políticos e cinco grupos de cidadãos independentes, totalizando 57 candidatos à presidência das câmaras, percorreram os respetivos municípios de uma ponta a outra para levar as suas mensagens e propostas e pedir o voto dos eleitores. Os candidatos colaram cartazes, distribuíram beijos, abraços, sorrisos, desceram e subiram vales, ribeira e cutelos, realizaram carreatas, fizeram contactos porta a porta, organizaram comícios, entre muitas outras ações de campanha”, 2/09.

<sup>19</sup> Veja-se: Líder do maior partido da oposição em Cabo Verde coloca lugar à disposição após a derrota autárquica, 5/9; Líder do partido no poder em Cabo Verde destaca “grande vitória” autárquica, 5/9; Académico cabo-verdiano considera resultados autárquicos “hecatombe política”, 5/9; Ex-líder do PAICV quer conferência nacional para “debate franco” após derrota autárquica, 5/9; Líder do PAICV questiona lealdade política dos que só pedem debate partidário aberto, 6/9; MpD assume “responsabilidades acrescidas” após vitória autárquica em Cabo Verde, 8/9; PAICV convoca Conselho Nacional para decidir futuro da liderança, 9/9.

<sup>20</sup> Veja-se: Terceiro Partido cabo-verdiano ameaça impugnar eleições autárquicas, 5/9; Recontagem em município cabo-verdiano dá vitória a grupo independente, 6/9. Veja-se: Terceiro Partido cabo-verdiano ameaça impugnar eleições autárquicas, 5/9; Recontagem em município cabo-verdiano dá vitória a grupo independente, 6/9.

seus militantes: “a reeleição de Jorge Carlos Fonseca é dada como certa”. A referência repete-se ao longo da campanha<sup>21</sup>.

A apresentação dos candidatos surge no noticiário da Lusa isenta de qualificações e referências político-ideológicas, optando-se por uma identificação simples de cada candidato, acompanhada pelos apoios que possui. Jorge Carlos Fonseca é apresentado como o atual presidente ou como advogado e constitucionalista, forma próxima da mensagem política do candidato, que procura salientar o seu compromisso com a Constituição. Albertino Graça surge como reitor da Universidade do Mindelo e Joaquim Monteiro é inicialmente descrito como veterano da luta pela independência<sup>22</sup>, e posteriormente como combatente pela liberdade da pátria<sup>23</sup>, numa clara apropriação, pelo correspondente da Lusa, da linguagem política presente no arquipélago. Os três candidatos são sempre referenciados.

A cobertura das ações de campanha é escassa, não obstante o seu arranque ser assinalado com reportagem centrada na campanha de Jorge Carlos Fonseca, seguida de informação sobre as atividades das campanhas dos restantes candidatos (15/9). Note-se que a campanha é interrompida devido à morte do antigo presidente de Cabo verde, António Mascarenhas Monteiro (16 setembro). A Lusa voltará às ações de campanha mais três vezes<sup>24</sup>.

Num quadro político marcado por duas vitórias do MpD, e pela anunciada vantagem de Jorge Carlos Fonseca, o enquadramento das candidaturas deste e de Albertino Graça, surge no noticiário da Lusa pela exposição das declarações dos próprios candidatos, obedecendo assim às linhas estratégicas definidas por estes, nas apresentações públicas das suas candidaturas. A Lusa refere os *slogans* de Jorge Carlos Fonseca (“O Presidente sempre com as pessoas”) e de Albertino Graça (“Mais Equilíbrio”), e aponta o tema central das respetivas campanhas: a promessa de independência e autonomia face ao governo, do

---

<sup>21</sup> A reeleição é apontada como certa: 10/9; 14/09 (00:36); 14/09 (23:12), 15/09 (00:05), 15/09 (15:45), 26/09, 27/09, 30/09, 1/10, 02/10.

<sup>22</sup> Nas peças de 08/09, 10/9 e 12/9.

<sup>23</sup> Nas peças de 14/9, 15/9, 21/9, 23/9, 26/9, 28/9, 30/9, 1/10, 2/10 02/10/2016 06:01, 01/10/2016 03:46.

<sup>24</sup> No dia 26 a Lusa informa: J. Monteiro” tem feito sobretudo campanha porta a porta (...). A fechar as duas primeiras semanas de campanha, os candidatos desdobraram-se no fim de semana em contactos de rua e comícios”; Fonseca “dedicou o fim de semana a fazer campanha na ilha de Santiago, a mais populosa do país, com uma arruda na cidade da Praia e comícios em Assomada, a segunda maior cidade, e no Tarrafal. Foi também ocasião para o presidente do Movimento para a Democracia, (MpD) e primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, entrar na campanha recuperando uma das frases da sua vitória nas legislativas - Sem djobi pa lado (sem olhar para o lado) - para declarar o seu “apoio incondicional” a Jorge Carlos Fonseca. Albertino Graça regressou no fim de semana a São Vicente, ilha onde tem a sua grande base de apoio, para ações de porta a porta e para o seu primeiro comício desta campanha eleitoral. Durante o discurso de cerca de 40 minutos, criticou fortemente Jorge Carlos Fonseca, que classificou de “Presidente viajador, sem ética e contra a República”, considerando, por isso que não tem moral para pedir um segundo mandato”. No dia 27: duas peças sobre o debate televisivo.

primeiro; a luta contra a concentração de todo o poder num único partido do segundo. Só uma notícia, sobre ações de campanha, alarga estas narrativas<sup>25</sup>.

O pluralismo é assegurado, na cobertura destas eleições, quer pelo equilíbrio na atenção dada aos dois candidatos com maiores apoios, quer pelo conjunto de entrevistas realizadas aos 3 candidatos (as entrevistas de Graça e Fonseca desdobram-se em duas peças jornalísticas). A iniciativa do jornalista da Lusa permite introduzir a temática da política externa e alargar a informação sobre Joaquim Monteiro<sup>26</sup>.

A cobertura eleitoral das legislativas é a todos os títulos mais diversificada e aprofundada. Na cobertura das eleições legislativas pela Lusa o pluralismo está também expresso no equilíbrio da atenção dada aos maiores partidos e pela visibilidade dada aos mais pequenos. O noticiário produzido pela Lusa expressa os compromissos eleitorais dos principais partidos, enunciado as suas propostas e promessas – mesmo quando este último termo é evitado pelos atores partidários, como acontece com Ulisses Correia e Silva, a 17 de março. No entanto, convém referir que a estratégia partidária do MpD, de centrar a campanha em Ulisses Correia e Silva, surge replicada no noticiário da Lusa. Logo a 7 de março, a agência escrevia que a campanha estava centrada no líder, uma ideia reforçada por diversas informações presentes do seu noticiário: a designação escolhida para a candidatura – "Nha partido é Cabo Verde- Ulisses é solução" (11 e 19 de março); as "t-shirts com a inscrição" "Ulisses é a Solução" (16 de março). Um testemunho divulgado pela agência vai no mesmo sentido: "O nome do partido é Ulisses, Ulisses? o nome do partido não sei, mas vou votar no Ulisses porque fez um bom trabalho na Praia" (vendedeira da Achada de Santo António, cidade da Praia). Nas notícias sobre as legislativas que constituem o *corpus*, o nome de Ulisses é usado 187 vezes, incluindo títulos. Aparece nas ações decorrentes do seu protagonismo como candidato a chefe do Governo, mas também na transcrição de expressões em materiais de campanha, ou nas vozes de apoiantes, eleitores ou analistas. Finalmente, Ulisses é também destinatário de felicitações e protagonista de notícias pós-eleitorais, designadamente sobre a formação do Governo.

A focalização no líder não é tão notória no PAICV, que concorreu com a candidatura "Cabo Verde Sempre". O nome da sua candidata a primeiro-ministro, Janira Hopffer Almada, aparece 117 vezes nas notícias da Lusa. Sai da "cena noticiosa" depois de reconhecer a derrota e dizer que continuará na liderança do PAICV. Mas, ao mesmo tempo, verifica-se uma certa bicefalia neste partido, eventualmente explicável pelo facto de o primeiro-ministro

---

<sup>25</sup> Ver nota número 46. Sobre Joaquim Monteiro esta é a única notícia que nos informa sobre o seu posicionamento.

<sup>26</sup> Graça e Fonseca referem a importância de revitalizar a CPLP. Por esta iniciativa ficamos a saber mais sobre Joaquim Monteiro (sobre o seu slogan, as suas propostas, como um referendo à atual constituição, e a nível internacional, "a defesa cabo-verdianidade").

em funções no período eleitoral, José Maria Neves, ser o seu anterior líder. O nome de Neves é mencionado 83 vezes.

Em termos de balanço final, duas questões merecem a nossa atenção. Em primeiro lugar estranhamos que um país em que a política externa constitui um elemento tão determinante no seu desenvolvimento económico e social, esta temática surja apenas em duas peças, relativas às eleições presidenciais, que resultam, é bom lembrá-lo, da iniciativa da Lusa, integrando vagas referências dos candidatos, ao valor das relações com Angola, Brasil e Portugal no quadro da CPLP, quer com a Europa e África. Nas legislativas este aspeto é abordado de forma ainda mais lateral, nomeadamente as referências às relações com Portugal. Nessas eleições apenas duas peças têm um foco sobre o exterior: referem-se à condenação dos “ataques terroristas” de Bruxelas.

No mesmo sentido, a diáspora cabo-verdiana, que pela sua dimensão há quem a refira como a 11ª ilha, surge duas vezes: em reportagem de Luxemburgo, em véspera das eleições legislativas; em reportagem de Lisboa, no dia da eleição presidencial.

Difícil é adiantar as razões para a ausência de informação sobre estas temáticas, talvez a dependência das fontes institucionais, ou outro tipo de condicionantes, decorrentes de um leque de variáveis muito diverso, desde o âmbito dos debates eleitorais que ocorrem em Cabo Verde até ao interesse estratégico da própria agência, tendo em conta o mercado de notícias.

Podemos concluir que foi distinta a cobertura das três eleições, tendo a Lusa realizado um trabalho mais abrangente nas eleições legislativas que, no entanto, não foi suficiente para os média portugueses estudados na fase inicial do projeto em que este estudo se insere. Lhe daremos valor notícia.

## **Referências Bibliográficas**

Carvalho, T. (2013). *A importância da Agência Lusa nos sites noticiosos portugueses- os casos do Público, Diário de Notícias e Jornal I*. Tese de Mestrado. Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Costa, B. F. (2014). *A influência do sistema político e eleitoral e do contexto macroeconómico na participação nas eleições legislativas em Portugal e Espanha (2004-2011). Um contributo para o estudo da Democracia*. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Cruz, L. C. (2015). *A política externa de um país insular e o seu desenvolvimento: o emblemático exemplo de Cabo Verde*. Tese de Mestrado. Universidade do Mindelo, Mindelo, Cabo Verde.

Lopez, G. G. (2001). *Desinformação e os limites da informação*. Lisboa: Folhas e Letras.

- Magalhães, A. (2011). *O peso da agência noticiosa no jornalismo diário: o caso da Lusa e do Público*. Tese de Mestrado. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Mar, D. (2015). *A agência Lusa e as eleições nos países lusófonos*. Tese de Mestrado. Universidade Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Martins, A. B. (2009). *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes de depois da Independência*. Tese de Mestrado Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.
- Sanches, E. R. (2017). Construindo uma democracia de partidos: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspetiva comparada (1991-2016). In M. P. Araújo & A. C. Pinto (Eds.), *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos* (pp. 164-193). Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação.
- Schudson, M. (1986). Deadlines, datelines, and history. In R. K. Manoff & M. Schudson (Eds.), *Reading news* (pp.79-108). New York: Pantheon Books.
- Sousa, H. (2000). Os média ao serviço do imaginário: uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia. *Comunicação e Sociedade*, 2, 1-12. DOI: [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1403](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1403)